



Biocombustíveis e o desenvolvimento da economia brasileira

Nos últimos anos, algumas mudanças em nível global têm sido resultado da interferência do homem. Esta interferência, por sua vez, é fruto do avanço da civilização, tecnologia e da potencialização nas formas de exploração de energia para produção de produtos manufaturados em grande escala. Essas interferências na natureza estão transformando a vida do homem, no que diz respeito ao seu bem estar e cotidiano, seja no campo ou na cidade. “Desde a revolução industrial até 2005, por exemplo, houve acréscimo do volume de emissões de gases do efeito estufa, de 100 partes por milhão, período este, em que se observou aumento de 0,7 graus centígrados na temperatura média da terra”, destaca o gestor em agronegócio, Jerônimo Alves dos Santos.

Observando estas mudanças, Jerônimo desenvolveu em seu Doutorado em Economia Aplicada, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), pesquisa científica para expor a capacidade de nosso país em relação à produção e consumo de biocombustíveis. Impactos na economia brasileira, pela substituição dos combustíveis fósseis por etanol e biodiesel, no período de 2010 a 2030, foi o foco do estudo. Orientado pelo professor Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES), o trabalho que teve como base de estudo o Plano Nacional de Energia (PNE 2030), analisou os impactos na economia brasileira que, uma ampliação na produção e uso do etanol e biodiesel, como substituição de parte dos combustíveis fósseis, poderia trazer.

Levando em consideração as atividades responsáveis por maior emissão de gases, como o transporte, indústria e agropecuária, que são também setores que mais contribuem para a atividade econômica, a análise teve como método o Modelo Computável de Equilíbrio Geral (EGC). “Esse método de análise vem sendo utilizado como ferramenta de decisões em âmbito tecnológico, científico, social, econômico e ambiental, para averiguar questões como impactos ambientais, impactos na renda de um país, choques econômicos, choques internos e externos na economia, problemas nos indicadores endógenos e exógenos na economia, políticas comerciais, políticas tributárias e etc”, afirma o pesquisador. O modelo utilizado é baseado na economia australiana e adaptado para o Brasil, denominado TERM-BR. “É um modelo estático, de um conjunto de equações descritas de forma linear, cuja solução é apresentada na forma de variação percentual”, explica.

Segundo o pesquisador, atualmente o Brasil é um dos poucos países que possui uma participação elevada das fontes de energia renovável em sua matriz energética, atendendo aproximadamente 44% da sua necessidade. Entre essas fontes renováveis encontram-se os produtos de cana-de-açúcar (15,70%), hidráulica (14,70%) e a lenha (9,70%).

A conclusão da pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), é positiva. “Os impactos das políticas dos biocombustíveis promovem aumentos em quase todos os agregados macroeconômicos, em especial os choques causados pelo biodiesel, que foram relevantes para o desenvolvimento regional e independência energética do ponto de vista dos impactos sobre as emissões dos gases de efeito estufa”, conta. Foram observadas reduções das emissões dos principais combustíveis fósseis da matriz energética. Sobretudo, foi observado que, tanto economicamente como ambientalmente, as políticas de inserção gradual dos biocombustíveis, podem surtir efeitos favoráveis no aumento da atividade da economia brasileira e na redução das emissões totais.